



ALMEIDA, Sónia Vespeira de
*Construir a Revolução: o 25 de Abril
e a Dinamização Cultural do MFA,*
Lisboa: Tinta-da-china, 2025, 232 pp.
ISBN 9789896719135

Sofia Sampaio

No rol de publicações que apareceram nos últimos anos, na esteira (e, frequentemente, à boleia) das comemorações do cinquentenário do 25 de Abril, encontramos o livro sobre as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (Movimento das Forças Armadas) da antropóloga Sónia Vespeira de Almeida, docente da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Como é referido na “Abertura”, trata-se de uma versão reduzida da sua tese de doutoramento, defendida em 2008 e publicada em formato de livro em 2009, que agora é adaptada, com chancela comercial e financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para um público mais alargado. Tendo recensado esse primeiro livro para a revista *Etnográfica* (Sampaio, 2013), pretendo, nesta recensão, situar o novo livro, perceber o que mudou (no texto e no contexto) e oferecer algumas reflexões.¹

Como explica a autora, a investigação original – que remonta a finais dos anos de 1990 (p. 17) – focara-se em dois

aspectos: as representações do “povo” que circularam durante estas campanhas; e as memórias deixadas pelas equipas dinamizadoras, objecto de uma “etnografia retrospectiva” que incluiu visitas a alguns dos lugares “dinamizados”. A pesquisa apresentara-se, assim, como parte de uma “antropologia portuguesa pós-rural”, nos termos teorizados pelo antropólogo João Leal (orientador da autora), cujos conceitos de “pastoral” e “contra-pastoral”, mobilizados para explicar os usos da cultura popular de matriz rural na construção da identidade nacional, ajudam a estruturar o estudo.

O livro divide-se em duas partes: a primeira incide sobre as campanhas em si – os objectivos que se propuseram, como se organizaram, onde foram; a segunda analisa a relação entre cultura popular, ruralidade e revolução – a tríade *Camponeses, Cultura e Revolução* que dera título ao primeiro livro (Almeida 2009). As limitações de espaço e o trabalho de síntese não permitiram, naturalmente, o mesmo nível de detalhe, pelo que as vicissitudes a que estas campanhas estiveram sujeitas, de que resultaram recuos e avanços a várias velocidades, estão mais bem vertidas no livro anterior.

1 A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Ainda assim, a versão que agora recensamos retém, com nitidez, os momentos decisivos: a criação de estruturas centrais (a 5.^a Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas; a CODICE – Comissão Dinamizadora Central), com ligações ao mais alto nível, visando a coordenação das acções do MFA e a sua articulação com a sociedade civil e o Estado; o afastamento de Spínola, na sequência do 28 de Setembro de 1974, que permitiu o lançamento das campanhas em Outubro; a orientação das mesmas para a “acção cívica”, numa segunda fase anunciada em Março de 1975; o impacto, ao longo do Verão, de documentos e directivas que reflectiam o rumo dos acontecimentos; a suspensão, em finais de Agosto, da 5.^a Divisão pelo Conselho da Revolução; e a extinção da CODICE, a 26 de Novembro de 1975.

As campanhas são, desde logo, descritas como “uma revolução portátil” (p. 17) – expressão que as coloca para lá dos objectivos, mais conhecidos, de “esclarecimento” à população e “reconhecimento social” das Forças Armadas (p. 18). Seis meses depois do golpe, grande parte da população já estava (suficientemente) informada sobre o movimento dos capitães, logo aclamados como heróis. No entanto, num país eminentemente rural com graves deficiências infra-estruturais, continuava a haver muito para “esclarecer”, até porque a desinformação proliferava. A autora ressalta o papel de relevo que a questão cultural adquiriu: face ao consenso de que existiria, principalmente nas zonas rurais (mas não só), um “vácuo cultural”

(p. 20) que era necessário preencher, as campanhas constituíram-se como uma “estratégia partilhada” (p. 27) para trabalhar no terreno a “batalha da Cultura” (pp. 20, 23).

É dessa “batalha” que nos dá conta, em traços largos, o capítulo 2. O intuito de usar a cultura para facilitar o encontro dos militares com as populações – que impulsionara a própria ideia de “descentralização cultural” – cedo se desdobrou numa “pluralidade de práticas” (p. 33) que espelhavam diferentes entendimentos do que era (ou devia ser) a “cultura” e a sua “descentralização”. Agentes culturais, individuais e colectivos, do teatro às artes plásticas (os mais activos), mas também de áreas como o cinema, a música, o circo, a dança e as letras, acompanharam a “caminhada até às aldeias” (p. 18) do MFA, visitando, de forma planeada, mas com improviso, o interior Norte e Centro do país, as Ilhas, o Algarve e vários destinos de emigração. Os modelos de inspiração, nacionais e estrangeiros, foram múltiplos: a acção psico-social do exército português nas colónias; a pedagogia de Paulo Freire; as práticas do cineclubismo e do cinema amador; e experiências populares análogas levadas a cabo em Cuba, Peru, Argélia ou na Sicília (p. 29). Estas últimas dão força à tese de historiadores como Manuel Loff e Miguel Cardina que inserem a revolução portuguesa no ciclo global de revoluções realizadas sob o signo do Socialismo, descolando-a, desse modo, da chamada “Terceira vaga” de “transições” para a democracia.

Data das vésperas do golpe falhado de 11 de Março, a decisão de acrescentar

ao “esclarecimento cívico” e à “dinamização cultural” uma terceira vertente, cuja necessidade já se vinha sentindo no terreno: a “acção cívica” (p. 52), que procurou dotar as campanhas de meios técnicos e logísticos para responderem, com rapidez e eficácia, às carências e solicitações das populações. O capítulo 3 refere a criação de gabinetes especializados (em agricultura, pescas, economia, engenharia, etc.), que passaram a articular as acções dos militares com as políticas do governo provisório (como a Reforma Agrária). São dessa segunda fase grande parte das campanhas que levaram estradas, pontes, escolas, recintos desportivos, saneamento básico e electricidade a várias localidades (p. 56), mas também cuidados sanitários e de saúde, incluindo a vacinação “em massa” e “o recenseamento dos deficientes das Forças Armadas” (p. 58).

Os contornos das várias campanhas emergem no capítulo 4, que oferece uma visão geral da dimensão, composição e alcance de cada uma delas, dentro e fora do país, bem como das reacções que colheram nos diferentes territórios. Alguns dos nomes que tomaram evocam objectivos, estratégias e resultados específicos: “Operação Nortada” (Nordeste, Janeiro de 1975); “Operação Verdade” (Alto Minho, Fevereiro de 1975), rebaptizada “Acção Amizade”; e “Operação Povo Culto” (Algarve, Fevereiro e Março de 1975). A abordagem panorâmica permite perceber as diferenças entre as primeiras operações, itinerantes e de curta duração, e as que depois optaram por um modelo fixo e prolongado, com algumas

a permanecerem para lá da extinção da CODICE, como a campanha de Castro Daire e Vila Nova de Paiva, desmontada em inícios de 1976 (p. 97). São ainda descritas, numa secção mais breve, as visitas a comunidades emigradas de nove países europeus (p. 111).

É no capítulo 5 (o último da primeira parte) que encontramos a questão essencial de como as campanhas do MFA foram preparadas, operacionalizadas e implementadas. Trata-se de compreender, na expressão da autora, os “modos de fazer” (p. 115) que deram forma concreta a estas acções. Os aspectos operacionais couberam, como seria de esperar, aos militares, que não descuraram a elaboração de uma “Inteligência Política de Actuação” (p. 115). As práticas – incluindo “erros” – faziam-se, porém, no terreno, onde linhas de orientação, planos de organização, modelos de actuação e estratégias várias (por exemplo, de antecipação de problemas, de convivência com as populações ou com os outros dinamizadores) se deparavam com condições concretas e, frequentemente, exigentes.

A segunda parte do livro volta-se para a questão da cultura popular de matriz rural, na sua relação com a identidade nacional e o papel que esta desempenhou na definição do projecto revolucionário das campanhas do MFA. Trata-se de uma questão central à tese da autora que, de certo modo, facilitara a inscrição do objecto de estudo (e da própria tese) no campo disciplinar da antropologia. Talvez porque o objectivo é agora outro, o argumento é retomado de forma mais concisa e em dois passos: apresentação

do dispositivo teórico (capítulos 6 e 7) e a sua aplicação ao material recolhido (capítulos 8 e 9). O ponto de partida é a pergunta “então o que é o povo?”, sublinhando-se o processo de “ressemantização” (p. 133) a que o conceito esteve sujeito durante as campanhas, onde adquiriu “centralidade”, mas também “ambiguidade” (p. 134). A autora reconhece que o MFA também interveio em zonas urbanas, industriais e de emigração (p. 138), mas identifica um interesse especial pelo “Portugal dos campos” (p. 136) e dos “camponeses”. A ambiguidade reside no facto de esta opção – vista como axial – se encontrar “em linha de convergência” (p. 145) com o regime anterior. Porque, para a autora, durante o processo revolucionário “manteve-se a categoria utilizada pelo Estado Novo para pensar a identidade nacional” (p. 148).

O capítulo seguinte, ainda mais curto, introduz os dois conceitos – “pastoral” e “contra-pastoral revolucionária” – através dos quais o tema será abordado. A principal referência (p. 148) é a obra de história e crítica literária *The Country and the City* (1973), de Raymond Williams, um dos “pais fundadores” dos estudos culturais britânicos. Nos dois últimos capítulos, a análise de documentos, declarações, interlocuções e representações visuais faz-se à luz desse esquema dual, que divide os “usos paradoxais” (p. 148) que as campanhas fizeram do conceito de “povo” segundo uma visão crítica ou “contra-pastoral” do mundo rural (capítulo 8) e uma visão “monumentalizadora” ou “pastoral” dos

“camponeses” (capítulo 9). Esta organização dos capítulos (e chave de leitura) coloca-nos algumas dúvidas. Mais do que reconhecer a presença de duas visões opostas, teria sido útil percebê-las como partes integrantes de um todo gerador de significados e efeitos do real. O grande contributo de Williams foi, aliás, mostrar que as representações antagónicas de “campo” e “cidade” eram parte do mesmo processo dialéctico, cujos instrumentos de análise o autor galês viria a aprofundar, a partir de finais da década de 1970, no âmbito da sua proposta teórico-crítica de “materialismo cultural”.

Um segundo problema prende-se com a sugerida “convergência” entre as representações da cultura popular do Estado Novo e as do MFA. Vários discursos do MFA e dos seus representantes tornam claro que o “povo” a que se referem é, acima de tudo, o “povo trabalhador”. Essa identificação já vinha do Estado Novo (sendo-lhe até anterior); a diferença fulcral reside na concepção de “trabalho” que lhe está subjacente: para o Estado Novo, o trabalho era uma categoria social, económica e cultural cujo potencial político (latente) era necessário enquadrar e neutralizar; para os “construtores da revolução” (para retomar o título do livro), ele é uma categoria essencialmente (e assumidamente) política, de oposição ao “capital” (p. 134). As semelhanças entre um e outro são, portanto, e em larga medida, superficiais.

Por fim, a descrição do “povo” como uma “categoria de alteridade” (p. 147) e das campanhas do MFA como sucedâneas de uma antropologia do “outro

rural” também suscita algumas reservas. A “caminhada até às aldeias” teve por destinatário os próprios “caminhantes”. Desde logo, os militares, a quem a “saída dos quartéis” pôs em contacto com um país que não conheciam, entre outras razões, por terem estado fora, a combater nos territórios coloniais. Alguns dos militares entrevistados descrevem a sua participação nas campanhas como uma experiência de empatia, comunhão e mútuo reconhecimento (“eu era dos deles” – p. 123), no âmbito de um processo de aprendizagem (p. 19) e politização que pressupunha o reconhecimento de si mesmos como “trabalhadores” e “revolucionários” (p. 121). Também os artistas relatam experiências semelhantes de identificação com o “povo” (p. 40), inspiradoras de práticas artísticas colaborativas e participativas (pp. 68. 93). A perspectiva das populações fica, porém, por conhecer. As memórias que a autora recolheu durante o trabalho de campo, objecto da última parte do primeiro livro (Almeida 2009, pp. 345-381), ficaram reduzidas a algumas páginas (pp. 125-127) ou a alusões breves e dispersas.

Estas e outras alterações são, certamente, explicáveis à luz dos objectivos da nova edição. *Construir a revolução* insere-se no que hoje, em contexto académico, designamos por “extensão à sociedade”. O formato do livro – abreviado, leve e visualmente atraente – promete levar a novos leitores uma investigação que, apesar de concluída há mais de duas décadas, se mantém pertinente. Esse formato implicou, porém, alguns cortes que, tornando os argumentos mais límpidos,

também deixaram ver algumas fragilidades. Um exemplo é o viés (menos acentuado em 2009) a favor dos militares e dos artistas. É sobre eles este livro, a quem a autora reiteradamente se refere como “os protagonistas” e “as pessoas que fizeram a Dinamização Cultural” (pp. 13-14). O enfoque na vertente cultural e artística das campanhas – que o novo título coloca no centro da revolução – acaba por resultar na perda de importância das populações que nelas participaram (e que, nesse sentido, também as “protagonizaram”), que praticamente desaparecem desta versão. Mesmo que inadvertidamente, a ausência das populações arrisca fortalecer as narrativas que tendem a apresentá-las como uma massa passiva, susceptível de “instrumentalização” (de um ou do outro lado), que tanto têm contribuído para a desvalorização das campanhas do MFA.

Refira-se, ainda, uma certa frustração em relação a um dos objectivos mais importantes de qualquer trabalho de “extensão à sociedade”: o de trazer a pesquisa para a actualidade. São evidentes os esforços de actualização da bibliografia, que passou a integrar obras até 2024, e de incorporação de entrevistas mais recentes (p. 13). O cruzamento entre o “tempo da revolução” e o tempo actual emerge no início de vários capítulos, bem como nas secções de “Abertura” (pp. 11, 14) e “Fecho” (p. 212). Nessas passagens, é destacada a visibilidade que as campanhas do MFA adquiriram no espaço público em resultado das comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril. É também nesse contexto que a “ascensão populista

de direita” é mencionada nas primeiras páginas (p. 11). A autora considera que a efeméride “activou novos parentescos e reportórios” (p. 212), expondo um “legado” de práticas democráticas que constituem “um reportório de possibilidades para a acção” (p. 214). No entanto, talvez por condicionamentos de espaço, nenhum dos temas é suficientemente desenvolvido.

Termino com duas notas, a pensar em trabalhos futuros. Face aos surpreendentes números que encontramos ao longo do livro – total de campanhas realizadas, recursos humanos envolvidos, acções concretizadas (culturais e outras), públicos abrangidos, etc. –, teria sido útil a elaboração de uma tabela que, sem pretensões de exaustividade, pudesse coligir dados que a autora recolheu de várias fontes. Estes números abrem a possibilidade de olhar para as campanhas do MFA através dos seus “sucessos”, medidos não em relação às metas absolutas a que costumamos associar uma revolução, mas às acções efectivamente levadas a cabo que, *na prática e pela prática*, conseguiram mobilizar um sentido diferente (i.e., “revolucionário”) de vida pública nacional. Mais do que questionar ideias e práticas adquiridas, o novo estar e fazer em sociedade que as campanhas ensaiaram tinha o mérito de alargar os limites sociais e políticos do possível. A contra-campanha que as elites locais montaram a partir de Maio de 1975 poderá, assim, ser também explicável à luz dos “sucessos” (evidentemente, relativos) que as campanhas do MFA estavam a ter. A compilação desses dados ajudará,

ainda, a melhor perceber os efeitos (de curto, médio e longo prazo) que a revolução teve e continua a ter, na linha de estudos já empreendidos por autores como o sociólogo político (aqui citado) Robert M. Fishman. A versão actual torna mais clara a importância de dois temas – a memória das práticas e as práticas da memória – cuja análise fica aquém das expectativas, mas que prometem contribuir para este debate. Talvez num próximo livro?

Por fim, sinalizo a ausência de imagens. A referência a cartazes, autocolantes, pinturas-murais e outros objectos visuais ganhou espaço nesta edição: para além dos materiais visuais que encontrou nos arquivos ou recolheu do terreno, a autora menciona outras imagens, com as quais se tem vindo a cruzar, mais recentemente, em exposições e festivais de cinema. A reprodução dessas imagens (por exemplo, numa separata central) tornaria essas passagens mais eficazes. Contribuiria, ainda, para despertar a atenção de novos públicos para o riquíssimo acervo de “imagens de Abril” que as campanhas nos deixaram, cujo potencial para a investigação em ciências sociais – mas também para a comunicação dessa investigação – continua largamente por explorar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S.V. de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*, Lisboa: Edições Colibri e Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.

SAMPAIO, S. (2013), “Sónia Vespeira de Almeida, Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M. F. A. (1974-1975)”, *Etnográfica* 17 (2), 423-427.

Esta recensão foi revista por Bruna Sousa no âmbito do estágio curricular do Programa em Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SAMPAIO, S. (2026), *Recensão “Construir a Revolução: o 25 de Abril e a Dinamização Cultural do MFA, Lisboa: Tinta-da-china, 2025”*. *Análise Social*, 259, LXI (2.º), e46206. DOI: <https://doi.org/10.31447/46206>.

Sofia Sampaio » sofia.sampaio@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9 – 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-5473-0012>.
